

A ORDEM PORTUGUESA DOS ADVOGADOS

— *O advogado italiano Domenico Uras que, em representação do Conselho Nacional Forense, de Itália, veio a Lisboa assistir às comemorações do XXV aniversário da nossa Ordem, publicou em um dos últimos números do mensário «La Toga», órgão da Associazione Forense Italiana, o artigo que, em versão portuguesa, abaixo se publica, também.*

É-nos grato registar os termos carinhosos em que o autor do artigo se refere ao meio forense português e a nota de reconhecimento que tão vincadamente acentua pelas gentilezas recebidas.

Portugal é um dos países em que as profissões liberais são tidas na mais alta consideração o que, sem dúvida, constitui uma das razões — e não, por certo, das menores — do seu elevado grau de maturidade social.

A profissão de advogado, designadamente, pela autonomia da sua organização, vive inteiramente a vida da Nação, à qual dispensa continuamente o benéfico influxo da sua acção civilizadora através dos princípios universais do Direito.

Estes factos verificámos nós que, em representação dos advogados italianos, tivemos a honra de ser convidados, no passado mês de Outubro, para as comemorações solenes do XXV aniversário da fundação da Ordem portuguesa.

O amável convite foi endereçado, quanto à Itália, ao nosso ilustre decano V. E. Orlando, Presidente do Conselho da Ordem de Roma e a Piero Calamandrei, presidente do mais alto organismo profissional italiano, o Conselho Nacional Forense; mas quer um, quer outro dos insignes juristas, por inadiáveis afazeres, não puderam, mau grado seu, afastar-se de Itália e por tal motivo, e com assentimento dos organizadores das comemorações, partiram para Lisboa: Adolfo Salminci, representando a Ordem de Roma, Mário Moschella e eu, em representação do Conselho Nacional Forense.

Celebrava-se, como disse, o XXV aniversário da fundação da Ordem dos Advogados portuguesa, instituída em 1926. A partir desta data, memorável na história de uma profissão liberal, os advogados portugueses conquistaram a sua plena autonomia, libertando-se de ingerências estranhas, inclusive das de ordem judiciária, a que estavam sujeitos em matéria disciplinar.

E pode, sem dúvida, afirmar-se que as jornadas das recentes celebrações lusitanas, com as várias cerimónias que decorreram em Lisboa, de 25 a 31 de Outubro, tiveram a característica de uma festa da Liberdade; foi dura a luta que os advogados portugueses tiveram de travar para alcançar seus nobres propósitos, e por isso, com justiça, dedicaram o faustoso acontecimento à memória de quantos pugnaram pela instituição da Ordem, entre os quais, com especial deferência, à do Doutor Manuel Rodrigues, antigo Ministro da Justiça.

*

* *

Mas os advogados portugueses não fizeram da sua Ordem um corpo avulso, isolado das outras instituições vitais do País. Ao contrário, servem-se dela para estabelecer relações cada vez mais amplas e sempre úteis com o meio nacional e internacional.

E tem interesse registar, a este propósito, a cordealidade de relações entre advogados e magistrados, e entre aqueles e os expoentes da cultura universitária, o que conduz a um fecundo intercâmbio de ideias e de interesses, da política da vida e dos costumes profissionais, que a todos — advogados, magistrados e professores — aproveita e dignifica.

O nível médio dos juristas portugueses é muito elevado, e o contacto que tivemos com o Colégio de Lisboa por ocasião das cerimónias oficiais e das reuniões particulares deu-nos a prova do que afirmo, permitindo-nos conhecer profissionais de espírito aberto aos problemas da cultura moderna, para além mesmo do campo jurídico.

Pode dizer-se que o advogado português tem um temperamento humanístico, despido de ênfase, concreto, atento à natureza das coisas e dos problemas e, na sua feição mental, pelo que toca ao estudo e prática da ciência do Direito, é dotado das qualidades mais refulgentes do espírito latino.

*

* *

Ao chegar a Lisboa, a bela cidade da foz do Tejo, edificada sobre sete colinas como esta nossa Roma, fomos recebidos carinhosamente pelos advogados portugueses que, pelos seus mais categorizados representantes, nos deram as boas vindas. Esperavam-nos os colegas Adelino da Palma Carlos, Fernando de Abranches Ferrão, António de Sousa Madeira Pinto, António Corrêa Caldeira Coelho e Fernando Olavo, que nos conduziram ao hotel que nos estava reservado.

A hospitalidade que nos dispensaram os advogados portugueses foi fidalgamente senhoril. Coisa alguma foi esquecida para assegurar o nosso bem-estar e satisfazer o nosso ardente desejo de conhecer as belezas artísticas de Portugal, afora as da cultura e do pensamento, de que possui tão grande cópia.

Mas teve para nós particular interesse a visita a Coimbra, a célebre cidade universitária que ainda conserva o seu aspecto medieval. O burgo trasbordava de estudantes com seus característicos trajos negros, a que a comprida capa dá tanto realce, ostentando fitas de diferentes cores e tamanhos, conforme a faculdade e o ano escolar que frequentam, predominando a vermelha, da Faculdade de Direito. Eram, pois, futuros advogados aqueles jovens de aspecto alegre e esbelto, que viviam conscientemente a sua vida de estudo e usavam o seu traje

académico com apumada distinção. Alguns foram convidados para a nossa mesa, e quando souberam que nós três eramos italianos, representantes do nosso Conselho Forense, mostraram-se deveras regozijados por nos conhecerem e, com juvenil vivacidade, quiseram que lhes dessemos notícia dos nossos mestres de Direito, alguns para sempre desaparecidos, outros, porém, ainda em plena actividade no campo das letras jurídicas e do professorado, como Scialoia, Rocco, Orlando, Calamandrei, di Redenti..., mostrando particular conhecimento da cultura jurídica no campo do Direito.

*

* * *

As mesmas impressões colhemos no banquete com que remataram as comemorações lusitanas. Foi, na verdade, um memorável serão e um prazer espiritual pelo número e qualidade das eminentes pessoas que a ele assistiram e pela elevação dos discursos pronunciados.

Recordo-me de que tinha à minha direita o provector Director da Faculdade de Direito de Lisboa, Fernando Emídio da Silva, de largo rosto rubicundo, mas de aspecto inteligente e despretençioso, a quem a maior parte dos convivas, ainda os que ocupavam lugares mais distantes, dirigiam cumprimentos respeitosos mas cordiais. Quase todos os que saudavam o ilustre professor tinham sido seus discípulos e ele comprazia-se em mostrar a saber, proclamando com o carinho de um pai de família as virtudes e dotes dos seus antigos alunos. Até o jovem Ministro da Justiça, Prof. Doutor Cavaleiro de Ferreira, que se sentava na presidência da mesa, fora discípulo do Prof. Emídio da Silva; e o mesmo sucedia com o Presidente da Ordem dos Advogados, cuja instituição celebravamos, e que era, agora, como professor da cadeira de processo civil, seu colega na Universidade...

Durante o banquete, como de resto em outras ocasiões, do mesmo passo que se festejava o XXV aniversário do organismo profissional português, exaltava-se a civilização latina. Em todos os discursos proferidos: — o do *Bâtonnier* de Paris, André Toulouse; o do representante da Espanha, Roberto Reyes Morales; o do Brasil, Prof. Haroldo Valadão e Alberto Francisco Torres; o da Bélgica, Jean Thevenet; os de Salminci e Moschella e, por último, os dos ilustres colegas portugueses — manifestava-se da forma mais ampla e comovente o imorredouro espírito de latinidade de que eram expoentes máximos Roma e a Itália. E nós, como italianos, sentiamo-nos rodeados de uma afectuosa consideração, bem patenteada não só ao nosso prestigioso *cassazionista* Mario Moschella, quando agradeceu aos seus amigos portugueses a sua acolhida e formulou, em termos claros e elegantes, um programa conducente ao desenvolvimento sempre crescente dos laços entre os povos, através dos escambos culturais e profissionais dos seus homens de leis, mas também quando Adolfo Salminci endereçou ao Colégio do foro lusitano as cordiais saudações dos advogados romanos e do seu presidente, V. E. Orlando.

*

* *

Pode assim profetizar-se que no interesse de todos, e não apenas no dos advogados, se há-de manter viva e fecunda esta chama de fraternidade entre os povos que, depois da recente guerra mundial, agora se reacendeu pela primeira vez na antiga cidade de Lisboa com as celebrações da Ordem dos Advogados.

Temos ainda na retina os pormenores da sessão solene a que presidiu o Presidente da República Portuguesa, General Craveiro Lopes, com o Ministro da Justiça, os representantes dos Conselhos da Ordem, e da alta Magistratura, e a que concorreu grande número de advogados bem como os convidados estrangeiros, todos envergando as suas togas, e os professores universitários com seus capelos vermelhos ou suas bandas de arminho, distintivos das faculdades a que pertenciam.

Quantos nomes gloriosos, quantas figuras eminentes da vida internacional! Entre tantos, recordo gratamente os advogados portugueses António de Sousa Madeira Pinto, António Corrêa Caldeira Coelho, Álvaro Lino Franco, Fernando Olavo, Artur de Moraes Carvalho, Eduardo da Cunha e Sousa e outros ainda, entre os quais todos os professores da Faculdade de Direito, a que presidia o seu Director, Doutor Fernando Emídio da Silva, o Presidente e os vogais do Conselho Superior e os antigos presidentes da Ordem. E ainda o castelhano Roberto Reyes Morales, o belga Jean Thevenet, o francês André Toulouse, os brasileiros Haroldo Valadão, Presidente da Ordem do Brasil e professor de Direito Internacional Privado — e Alberto Francisco Torres, advogado, deputado e Presidente da Ordem do Rio de Janeiro.

Ainda nesta selecta reunião, em que discursaram entre outros o ilustre advogado Madeira Pinto, infatigável organizador das comemorações, os dois eminentes representantes do Brasil, Adolfo Salminci, que leu uma mensagem de Vittorio Emanuele Orlando, e o Doutor Adelino da Palma Carlos, actual Presidente da Ordem e professor da Faculdade de Direito — foi como se ouvíssemos uma única voz que, em síntese, expressasse os votos que Piero Calamandrei, Presidente do nosso Conselho Nacional, formulou por motivo desta comemoração — : *«... em nome da Ordem Forense de toda a Itália, envio aos insígnos colegas portugueses, unidos na aspiração da justiça universal que irmana todas as Pátrias, as melhores saudações.*

*

* *

Sentia-se palpavelmente naquela assembleia, a que concorreram tão eminentes representantes do Foro, da Magistratura e do Professorado Universitário de Portugal, a vantagem de tais contactos no campo internacional e a importância que a classe dos advogados outorga à vida social de todos os países.

E quando o Ministro da Justiça, com gesto solene mas cordial, entregou ao Doutor Adelino da Palma Carlos as insígnias de uma alta condecoração, conferida à Ordem dos Advogados de Portugal pelo Chefe do Estado, não foi apenas o Presidente da Ordem quem vibrou de comoção; nós mesmos, estrangeiros, fomos tocados de um sentimento de profundo reconhecimento — que nunca mais se extinguirá — para com a nobre Ordem forense de Lisboa, por ter aproveitado o ensejo da celebração do seu XXV aniversário para, antes de qualquer outra e com tão destacado brilho, estabelecer uma aproximação entre todos os Colégios profissionais do mundo latino.

Domenico Uras